

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.774 - GO (2019/0304758-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : VICTOR HUGO ALVES BARROS DE SOUSA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, contra decisão monocrática da minha lavra, que negou provimento ao recurso especial (e-STJ fls. 858/859).

Nas razões do regimental, alega o órgão ministerial que, [...] *diante da demonstração de que a moldura fática fixada na origem é sobre contexto de conflito doméstico, uma vez que a vítima foi agredida fisicamente pelo neto, imperioso reconhecer-se também a incidência da Lei 11.340/2006, à luz dos precedentes indicados (Súmula 568/STJ), com o consequente provimento do recurso especial (e-STJ fl. 175).*

Requer, assim, a reconsideração da decisão agravada, não sendo esse o entendimento do Relator, seja a questão submetida ao órgão colegiado.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que os argumentos aduzidos nas razões de agravo regimental se revelam plausíveis, o que impõe a reconsideração da decisão agravada.

Consta dos presentes autos (e-STJ fl. 94) que o Juízo do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Goiânia/GO declarou sua incompetência, com posterior remessa dos autos ao Juizado Especial Criminal, no procedimento que apura o suposto cometimento pelo acusado, neto da vítima, que por sua vez é mulher e idosa, dos delitos de ameaça (art. 147, do Código Penal), de discriminação de pessoa idosa (art. 96, da Lei n. 10.741/2003) e de injúria contra pessoa idosa (art. 140, § 3º, do

Código Penal).

A Corte local, por sua vez, negou provimento ao recurso em sentido estrito interposto pelo *Parquet*, consignando para tanto o seguinte (e-STJ fls. 96/97):

Sobre isso, extrai-se da narrativa que foi expendida no Registro de Atendimento Integrado - RIA às fls. 3-5 e do termos de declarações da vítima às fls. 6, que o acusado, com 21 anos na data dos fatos, reside com a ofendida desde os 6 (seis) anos de idade e que ele a humilha e ofende diariamente, com xingamentos do tipo "desgraça, filha da puta, quero que você morra velha desgraçada, você é uma desgraça na vida dos outros"

Depreende-se, também, que ele ameaça sua avó, dizendo que vai lhe dar um tiro e pôr fogo na casa, que ele é dependente químico de drogas ilícitas e que as ameaças estão se tornando mais comuns a cada dia, fazendo com que a vítima viva escondida no seu quarto para evitar agressões por parte de seu neto.

A partir desse relato, é bastante razoável afirmar, na linha do duto parecer da Procuradoria de Justiça, que as possíveis promessas do acusado de causar mal injusto e grave à ofendida, as eventuais discriminações e as pretensas injúrias não foram potencialmente praticadas contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Como se sabe, o fato de o ofendido ser mulher não é suficiente para atrair a incidência da legislação especializada, pois não é todo delito cometido contra a mulher que é alcançado pela Lei 11.340, mas tão só aqueles levados a efeito no âmbito doméstico e familiar contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Em verdade, os elementos até então disponibilizados me parecem sugerir que não se está diante de agressão que tenha por objetivo e como efeito intimidar, punir, humilhar, ou manter a mulher nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral, ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais.

Pelo contrário, transparece que a situação dos autos é daquelas que caracterizam os fundamentos de validade e legitimidade da tutela integral do idoso, como instrumento para realização da sua dignidade como pessoa humana, que levaram à edição do Estatuto do Idoso (Lei 10741/03).

Desse modo, o juízo especializado da mulher, em tese, não apresenta nenhuma vantagem perceptível concretamente, o que recomenda o processamento e o julgamento do caso no juizado especial crimina [sic].

[...]. - grifei

Acerca da matéria, assim dispõe, *ipsis litteris*, o art. 5º da Lei n.

11.340/2006:

*Art. 5º Para os efeitos desta Lei, **configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:*

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. - grifei

Ao que se nota, o referido dispositivo é taxativo no sentido de definir que, para fins de aplicação da Lei n. 11.340/2006, configura violência doméstica contra mulher **somente a conduta baseada na relação de gênero**, de modo que nem toda violência praticada contra mulher no âmbito doméstico ou familiar está abrangida.

A violência baseada na relação de gênero ocorre *sempre que o agressor utiliza a violência como instrumento social de imposição à mulher de um papel social de submissão e obediência, com o especial fim de privá-la de seus direitos sociais, de sua paz, intimidade, liberdade e de seu livre desenvolvimento familiar e afetivo* (Acórdão 1106778, 20160410106423APR, TJDF, Rel. Jesuíno Rissato, Terceira Turma Criminal, DJE: 5/7/2018).

Pela redação do artigo 5º da Lei Maria da Penha, a palavra gênero não se define simplesmente por critério biológico, mas cultural, ou seja, na sociedade brasileira, de origem patriarcal, com códigos de conduta e verdadeiros modelos de comportamento, em que se proclama, nos mais diversos aspectos, as diferenças sociais e culturais entre homem e mulher, sendo esta aquela que tem a vida voltada a questões domésticas e maternas, com contenção de vontades e, principalmente, submissão e dependência ao homem, ocasião em que qualquer transgressão de suas obrigações gera autorização ideológica ao homem de "castigar" a mulher, quando seu comportamento não se encontra dentro desses parâmetros. É exatamente essa motivação do sujeito ativo que qualifica a violência doméstica contra mulher como violência de gênero.

Nesse contexto, é de se ter claro que a própria Lei n. 11.340/2006, ao criar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica praticada contra a mulher, buscando a igualdade substantiva entre os gêneros, fundou-se justamente na indiscutível desproporcionalidade física existente entre os gêneros, no histórico discriminatório e na cultura vigente. Ou seja, a vulnerabilidade da mulher, em âmbito privado, é o fundamento que levou o legislador a lhe conferir proteção especial.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LEI MARIA DA PENHA. AMEAÇA PRATICADA PELO RECORRENTE CONTRA A EX-MULHER. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIALIZADO. VULNERABILIDADE ÍNSITA À CONDIÇÃO DA MULHER. NULIDADE. PERÍCIA NO CELULAR DA VÍTIMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. ATIPICIDADE DA CONDUTA E INEXISTÊNCIA DE PROVA PARA A CONDENAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A própria Lei n. 11.340/2006, ao criar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica praticada contra a mulher, buscando a igualdade substantiva

entre os gêneros, fundou-se justamente na indiscutível desproporcionalidade física existente entre os gêneros, no histórico discriminatório e na cultura vigente. Ou seja, a fragilidade da mulher, sua hipossuficiência ou vulnerabilidade, na verdade, são os fundamentos que levaram o legislador a conferir proteção especial à mulher e por isso têm-se como presumidos. (Precedentes do STJ e do STF).

2. O acusado é ex-cônjuge da vítima tendo, conforme a denúncia, praticado ameaça através de mensagens de celular, no sentido de que a faria sofrer "dez vezes mais do que ela", referindo-se à Maria da Penha ou a filha da vítima. Destarte, da forma como posta, verifica-se que restou amplamente caracterizada a relação de afeto entre o agressor e a ofendida, tendo o acusado, homem, valido-se, covardemente, de sua superioridade física e do vínculo familiar para intimidar a vítima mulher, causando-lhe temor, situação relacionada à vulnerabilidade e à inferioridade física existente entre o agressor homem e a vítima mulher. Dessa forma, comprovada a prática de violência doméstica e familiar no presente caso, uma vez que os fatos foram praticados, dentro do âmbito familiar.

[...]

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1439546/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 5/8/2019).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA PELA VÍTIMA. EXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A imputação de agressão do irmão à irmã incide na hipótese de violência no âmbito da família, que prescinde de convivência, nos termos art. 5º, II, da Lei nº 11.340/06.

2. Tratando-se de proteção legal em razão da condição de mulher em relação familiar, de afeto ou de coabitação, dispensável é na Lei nº 11.340/06 a constatação concreta de vulnerabilidade (física, financeira ou social) da vítima ante o agressor.

[...]

4. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no REsp 1720536/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 4/9/2018, DJe 12/9/2018). - grifei

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. RELAÇÃO FAMILIAR. LEI MARIA DA PENHA. MOTIVAÇÃO DE GÊNERO. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. "A jurisprudência da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que, para a aplicação da Lei 11.340/2006, não é suficiente que a violência seja praticada contra a mulher e numa relação familiar, doméstica ou de afetividade, mas também há necessidade de demonstração da sua situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência, numa perspectiva de gênero" (AgRg no REsp 1430724/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 24/03/2015).

2. No caso dos autos, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fático-probatórios da lide, entendeu que não haveria elementos suficientes para configuração da motivação de gênero nos atos do agravado, e que não teria ficado caracterizado o estado de vulnerabilidade do sexo oposto.

3. Desse modo, para que fosse possível a análise das pretensões recursais, seria imprescindível o reexame das provas constantes dos autos, o que é vedado ante o que preceitua a Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1022313/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 13/6/2017).

[...]. VIAS DE FATO. LEI MARIA DA PENHA. CONDUTA PRATICADA CONTRA IRMÃ. INEXISTÊNCIA DE COABITAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. VULNERABILIDADE ÍNSITA À CONDIÇÃO DA MULHER HODIERNA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Esta Corte Superior de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que a caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher não depende do fato de agente e vítima conviverem sob o mesmo teto, sendo certo que a sua hipossuficiência e vulnerabilidade é presumida pela Lei n. 11.340/06. Precedentes.

2. Na hipótese, depreende-se que os fatos atribuídos ao paciente, não obstante tenham ocorrido em local público, foram nitidamente influenciados pela relação familiar que mantém com a vítima, sua irmã, circunstância que dá ensejo à incidência da norma contida no artigo 5º, inciso II, da Lei Maria da Penha.

3. Habeas corpus não conhecido. (HC 280.082/RS, Rel.

Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/2/2015, DJe 25/2/2015).

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE AMEAÇA PRATICADO CONTRA IRMÃ DO RÉU. INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA. ART. 5.º, INCISO II, DA LEI N.º 11.340/06. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BRASÍLIA/DF. RECURSO PROVIDO.

1. A Lei n.º 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, tem o intuito de proteger a mulher da violência doméstica e familiar que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, sendo que o crime deve ser cometido no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

2. Na espécie, apurou-se que o Réu foi à casa da vítima para ameaçá-la, ocasião em que provocou danos em seu carro ao atirar pedras. Após, foi constatado o envio rotineiro de mensagens pelo telefone celular com o claro intuito de intimidá-la e forçá-la a abrir mão "do controle financeiro da pensão recebida pela mãe" de ambos.

3. Nesse contexto, inarredável concluir pela incidência da Lei n.º 11.343/06, tendo em vista o sofrimento psicológico em tese sofrido por mulher em âmbito familiar, nos termos expressos do art. 5º, inciso II, da mencionada legislação.

4. "Para a configuração de violência doméstica, basta que estejam presentes as hipóteses previstas no artigo 5º da Lei 11.343/2006 (Lei Maria da Penha), dentre as quais não se encontra a necessidade de coabitação entre autor e vítima" (HC 115.857/MG, 6.ª Turma, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), DJe de 02/02/2009).

5. Recurso provido para determinar que Juiz de Direito da 3.ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília/DF prossiga no julgamento da causa. (REsp 1239850/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 16/2/2012, DJe 5/3/2012).

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a constitucionalidade da Lei n. 11.340/2006 na ADC 19/DF (de Relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO DE MELLO, DJe 29/4/2014), também se manifestou a respeito da vulnerabilidade da mulher e da necessidade de sua

proteção, senão vejamos:

Para frear a violência doméstica, não se revela desproporcional ou ilegítimo o uso do sexo como critério de diferenciação. A mulher é eminentemente vulnerável quando se trata de constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos em âmbito privado. Não há dúvida sobre o histórico de discriminação e sujeição por ela enfrentado na esfera afetiva. As agressões sofridas são significativamente maiores do que as que acontecem contra homens situação similar. Além disso, mesmo quando homens, eventualmente, sofrem violência doméstica, a prática não decorre de fatores culturais e sociais e da usual diferença de força física entre os gêneros.

Assim, a Lei Maria da Penha não abrange toda e qualquer violência doméstica ou familiar contra a mulher, mas apenas aquela baseada na relação de gênero, isto é, atos de agressão motivados não apenas por questões pessoais, mas refletindo a posição cultural da subordinação da mulher ao homem ou pretendida sobreposição do homem sobre a mulher.

Colhe-se dos presentes autos, consoante excertos acima transcritos, extraídos do acórdão recorrido, que as instâncias ordinárias entenderam que, *in casu*, o fato de a vítima ser pessoa do sexo feminino não foi determinante para a prática dos delitos, mas a sua idade avançada e a sua fragilidade perante o agressor, seu neto.

Com base em tais premissas, concluíram não haver violência que atraísse a incidência da Lei Maria da Penha, isto é, baseada no gênero feminino – e não a mera violência contra mulher integrante do círculo familiar do agressor –, assim justificando o declínio da competência para Juizado Especial Comum.

Ocorre que, na espécie, consoante consignado no acórdão recorrido, a narrativa da vítima é de que o acusado, que é seu neto e com ela reside desde os 6 (seis) anos de idade, contando com 21 (vinte e um) anos de idade à época dos fatos, a humilha e ofende diariamente, com xingamentos do tipo "desgraça, filha da puta, quero que você morra, velha desgraçada, você é

uma desgraça na vida dos outros" (e-STJ fl. 96).

Não bastasse isso, depreende-se, também, que ele ameaça sua avó, dizendo que vai lhe dar um tiro e pôr fogo na casa, que ele é dependente químico de drogas ilícitas e que as ameaças estão se tornando mais comuns a cada dia, fazendo com que a vítima viva escondida no seu quarto para evitar agressões por parte de seu neto (e-STJ fl. 96).

No caso concreto, verifica-se, a partir da moldura fática delineada pelo Tribunal *a quo*, que os supostos delitos de ameaça (art. 147 do CP), de discriminação de pessoa idosa (art. 96 da Lei n. 10.741/2003) e de injúria contra pessoa idosa (art. 140, § 3º, do CP) ocorreram no âmbito doméstico e se basearam na relação de gênero, tratando-se de atos de agressão motivados não apenas pela condição de pessoa idosa da vítima, mas refletindo a posição cultural da subordinação da mulher ao homem, em que esta não pode reprimi-lo ou contrariá-lo.

Dessarte, configurada, no presente caso, a suposta prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que os fatos foram supostamente praticados dentro do âmbito familiar, em relação ao gênero da ofendida.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão agravada (e-STJ fls. 154/161) e, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ e na Súmula n. 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para reformar o acórdão recorrido, reconhecendo a competência do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Goiânia/GO.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator